

Restrição Externa, Dependência de *Commodities* Primárias e IDE no Brasil

Érica Patente Nascimento*

Carlos Alves do Nascimento♦

Área 2. História Econômica e Economia Brasileira

Sub-Área: 2.3. Economia Brasileira Contemporânea

Submetido para apresentação em Seção Ordinária

RESUMO

O artigo objetiva mostrar que, para além da discussão sobre o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira, deve-se dar importância à existência de uma dependência estrutural de *commodities* como forma de enfrentar a restrição externa e ao papel do capital externo na forma de investimento direto na moldagem do perfil da indústria nacional. O trabalho pretende mostrar o impacto desse capital externo para o equilíbrio do Balanço de Pagamentos brasileiro.

Palavras-chave: Dependência estrutural de *commodities* primárias, investimento direto externo, balanço de pagamentos.

ABSTRACT

The paper aims to show that, in addition to discussing the process of reprimarization of Brazilian exports, one should give importance to the existence of a structural dependence on commodities as a way to face the external constraints and the role of foreign capital in the form of investment direct in shaping the profile of the domestic industry. The paper intends to show the impact of foreign capital for the equilibrium of Balance of Payments in Brazil.

Key-words: structural dependence on primary *commodities*, foreign direct investment, balance of payments

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura contribuir com a discussão do enfrentamento da perene restrição externa ao crescimento do produto interno bruto do Brasil, centrando sua atenção, primeiro, na articulação dinâmica (evolução ao longo de uma série de anos) das partes componentes da balança de transações correntes (BTC) – balança comercial e balança de serviços e rendas – com o propósito de evidenciar que a recorrente – com raras exceções – posição deficitária da BTC só

* Mestre em Economia pelo Programa de Pós-graduação do IE/UFU. Professora Colaboradora do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

♦ Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação do IE/UFU.

não é mais grave em virtude da capacidade competitiva brasileira *não* em produtos industrializados exportáveis *mas* em *commodities* primárias (agrícolas e minerais)¹. Diante dessa evidência irrefutável (dependência estrutural de *commodities* primárias), conforme apresentaremos, o artigo centrará atenção também, como segundo ponto de análise – e o de maior interesse para os propósitos do artigo – na virtual capacidade que o investimento direto externo (IDE) teria de contribuir no esforço de gerar divisas para cobrir os déficits na BTC a fim de minimizar a restrição externa e alargar as possibilidades de crescimento do produto interno.

Ou seja, nos anos 1990 os governos brasileiros e seus economistas apostaram dogmaticamente na capacidade do IDE resolver os dilemas históricos da falta de competitividade industrial brasileira no comércio internacional. Em decorrência dessa aposta, aprofundou-se a desnacionalização da indústria brasileira (GARCIA, 2008), mas ao contrário do que seus apologistas esperavam, a inserção internacional do Brasil ocorreu de forma regressiva (CARNEIRO, 2002; COUTINHO, 1997), além do crescente aumento das suspeitas, carregadas de evidências, sobre um possível processo de desindustrialização (BRESSER PEREIRA, 2010) e reprimarização (GONÇALVES, 2003; DELGADO, 2009; NASCIMENTO *et. al.*, 2009) no Brasil.

O crescimento e o desenvolvimento econômico estão na agenda política e parecem não mais serem vistos como resultados automáticos de implementações de políticas neoliberais. Historicamente o crescimento econômico brasileiro tem dependido do IDE e dos saldos gerados por bens primários. Nesse sentido, as questões que nortearam o estudo que resultou neste artigo foram as de que, primeiro, o saldo gerado pelas *commodities* primárias, principal produto de exportação nacional, *não* é suficiente para sustentar o crescimento das necessidades de importação decorrentes de um possível crescimento sustentado do produto doméstico; segundo, se os investimentos diretos externos teriam a característica de ajudar o país a superar sua restrição externa; e, terceiro, se, da forma como tem se instalado no país, os IDEs tendem a agravar o caráter dependente de produtos primários do Balanço de Pagamentos brasileiro.

Para a apresentação dos resultados do estudo, o artigo ficou estruturado em três seções, além desta introdução. Na primeira seção apresentam-se os argumentos que sustentarão a resposta à questão sobre se há um processo de reprimarização ou se o Brasil sofre com uma dependência estrutural de *commodities*. Para isso, serão mostrados alguns estudos publicados que visam comprovar a existência de uma reprimarização e desindustrialização do país. Além disso,

¹ Ocupado em descobrir evidências de ocorrência de “doença holandesa” no Brasil, Marconi (2008) separou *commodities* agrícolas e minerais de *commodities* agrícolas e minerais industrializadas e mostrou que são as primeiras, especialmente as agrícolas, que mais contribuem para a variação positiva do saldo da Balança Comercial, nos dois períodos por ele analisados, 1992-2007 e 2002-2007 (o autor analisou os anos de 1992, 2002 e 2007). Diferentemente, os manufaturados de média-alta e alta tecnologia contribuem de forma fortemente negativa para esse saldo, nos mesmos períodos.

utilizamos os dados da COMTRADE (*Commodity Trade Statistics Database*) das Nações Unidas – que classifica os produtos segundo o conteúdo tecnológico – para a realização de um exame detido das características principais das pautas exportadora e importadora, bem como do saldo de comércio por conteúdo tecnológico brasileiro entre os anos de 1983 e 2009, a fim de comprovar que mais do que reprimarização, podemos constatar uma permanente dependência estrutural de *commodities* primárias.

Na segunda seção o foco da análise é o IDE, tendo como ponto de partida a interpretação do papel que o IDE pode exercer em economias em desenvolvimento de acordo com as idéias de Michal Kalecki em sua obra “*Ensayos Sobre Las Economias En Vías De Desarrollo*” (1980). Tendo as idéias de Kalecki como base, utilizamos dados disponíveis no sítio do Banco Central do Brasil – Censo de Capitais, Notas para a Imprensa e Balanço de Pagamentos –, além de dados do IBGE, para caracterizarmos os fluxos recentes de IDE no Brasil. Esses dados permitirão a compreensão do destino desses fluxos e a influência dos mesmos no cenário econômico brasileiro, considerando a década de 1990 e 2000, e nos ajudará a responder por que estes investimentos *não* têm ajudado o país na superação da restrição externa e da dependência estrutural de *commodities*.

Por fim, na última seção, serão tecidas as considerações finais.

1. A discussão sobre a reprimarização e a desindustrialização da economia brasileira

Conforme nos chama atenção o trabalho de Nascimento et al. (2009), o debate e as advertências de que o país esteja experimentando uma reversão na pauta exportadora no sentido de uma tendência de reprimarização ou mesmo de que está havendo um processo de desindustrialização, estão presentes em vários estudos e trabalhos publicados. Bresser Pereira (2010) é um dos autores que afirmam que existe um processo de desindustrialização da economia brasileira. Segundo esse autor, no final dos anos 1940, a indústria representava 20% do PIB brasileiro, em 1985 chegou a 36% e, em 2008, havia baixado para 16%. Embora a participação da indústria no PIB tenha se reduzido mundialmente, de 25% em 1970 para 17% em 2007, isso se deveu ao fato de os países ricos terem deslocado mão-de-obra da indústria para setores de serviços com valor adicionado *per capita* maior, o que não aconteceu na indústria brasileira. De acordo com Bresser Pereira a desindustrialização nacional ocorreu em benefício da produção de *commodities*.

Para Bresser Pereira (2010) houve uma desindustrialização prematura da economia nacional que começou a acontecer em 1992, quando, no quadro de acordo com o FMI, o Brasil realizou sua abertura financeira, perdendo a possibilidade de neutralizar a tendência de apreciação do câmbio. Como consequência, “a moeda nacional se apreciou, as oportunidades de

investimentos lucrativos voltados para a exportação diminuíram, a poupança caiu, o mercado interno foi inundado por bens importados e muitas empresas nacionais deixaram de crescer ou quebraram” (BRESSER PEREIRA, 2010).

Um estudo do IEDI (2006) também aponta para um retrocesso da indústria no PIB, mas afirma que esse processo iniciou-se antes mesmo da abertura e da aplicação das políticas macroeconômicas adotadas nos anos 1990. A queda da participação da indústria pode ser percebida desde os anos 1980, como decorrência da crise inflacionária e das políticas de contenção aplicadas para combater a recorrente ameaça de hiperinflação que se apresentou por toda a década. Esse processo teve segmento nos anos 1990, quando foi promovida a abertura econômica com uma sobrevalorização da moeda nacional que durou até a maxidesvalorização do Real em 1999.

A participação da indústria de transformação no PIB caiu de 32,1% em 1986 para 19,7% do PIB em 1998. Por outro lado, o que mais nos importa destacar do estudo do IEDI é que este aponta para a ocorrência de uma maior especialização produtiva da indústria brasileira, com ênfase em setores intensivos em recursos naturais. Os setores de química, indústrias metalúrgica, siderúrgica e de papel e celulose passaram a se destacar, respondendo por 45,7% do PIB industrial em 2003 contra 35,9% no início do período. O estudo do IEDI ainda conclui que há uma industrialização relativa e não uma desindustrialização no sentido de perda irreparável na estrutura industrial do país, pois, a indústria brasileira conserva requisitos essenciais para reerguer-se e reintegrar-se ao dinamismo mundial de industrialização.

Focando a pauta exportadora brasileira, Gonçalves (2003) se utiliza do termo “reprimarização” para demonstrar a interpretação dos resultados a que chega por meio de suas investigações empíricas acerca da pauta exportadora nacional. Observando dados da participação do Brasil no comércio mundial entre os anos 1990-1998, este autor nos mostra que na composição das exportações brasileiras a participação média dos manufaturados caiu de 55,1% em 1990-1994 para 53,1% em 1995-1998, enquanto a participação dos produtos agrícolas aumentou de 29,8% para 33,8% no mesmo período. Segundo o autor, os 4,0% a mais de participação dos produtos agrícolas referem-se aos 2,0% perdidos pelos manufaturados e 2,0% perdidos pelo grupo classificado como outros produtos, o qual corresponde a minérios, minerais não-metálicos, petróleo, ouro, armas e munições. Esses dados indicam, de acordo com Gonçalves (2003), que há uma reprimarização na segunda metade dos anos 1990, a qual configura-se como uma reversão da tendência de longo prazo, a qual seria uma melhora da qualidade tecnológica da pauta exportadora brasileira.

De fato muitas mudanças ocorreram no cenário econômico brasileiro durante a década de 1990, com destaque para o processo de liberalização financeira, abertura comercial,

desnacionalização da propriedade e privatizações. Segundo Carneiro (2002), no âmbito da abertura comercial, num período que compreende aos anos de 1990 a 1994, a proteção à indústria foi fortemente reduzida, com a justificativa de que a entrada de novos produtores no mercado antes protegido ampliaria a concorrência. Além disso, o processo de privatizações teve como argumento a busca por uma gestão mais eficiente principalmente com a eliminação de vários monopólios estatais.

Quando em 1994 implementou-se o Plano Real, o processo se aprofundou, sendo apresentado como arma para alcançar a estabilização, a abertura econômica e financeira e a sobrevalorização cambial. A abertura econômica acompanhada da valorização do câmbio promoveu uma reestruturação produtiva de grande significado na economia brasileira, tendo como resultado, segundo Carneiro (2002), em uma especialização regressiva da economia brasileira, a qual se deu com o aumento da importância de setores intensivos em recursos naturais e trabalho em detrimento aos setores intensivos em tecnologia e capital, com algumas exceções.

Diante do exposto, o que se propõe nesta seção não é simplesmente investigar se a pauta exportadora está um pouco mais ou um pouco menos composta por *commodities* primárias, ou se há reversão de uma tendência anterior de diversificação da pauta exportadora. Concordamos com Nascimento *et. al.* (2009) de que ao invés de reprimarização o que existe no Brasil trata-se mesmo de uma dependência estrutural de *commodities* primárias para gerar saldos de comércio externo que jamais foi suprimida. Utilizando a mesma base de dados usada por Nascimento *et. al.* (2009) – COMTRADE/UNCTAD das Nações Unidas – e atualizando-a para o ano de 2009² confirmaremos o que aqueles autores demonstraram em seu estudo. Convém, todavia, ressaltar que o propósito desta seção não se restringe apenas a essa atualização dos dados daqueles autores, mas tomá-la tão somente como a base que dará sentido à próxima seção. Ou seja, já que constataremos a dependência de *commodities* primárias para gerar saldos de comércio, mas que não são, como veremos, suficientes para eliminar os déficits da BTC e, com isso, romper a restrição externa ao crescimento econômico, o que importa investigar na próxima seção – e este é o objetivo de maior interesse deste artigo – é se o IDE seria realmente capaz de suprir o que falta para cobrir aqueles déficits, ou se – ancorando nossa análise na perspectiva de Kalecki (1980) –, ao invés disso, o IDE pode agravar, no médio e longo prazo, os problemas da BTC.

1.1 Análise da Balança Comercial brasileira: a dependência estrutural de *commodities*

Para demonstrar o que foi afirmado anteriormente utilizamos a base de dados da COMTRADE (*Commodity Trade Statistics Database*) das Nações Unidas – a qual classifica os

² Nascimento *et al* (2009) analisaram os dados até 2006.

produtos segundo o conteúdo tecnológico –, a partir da qual foram elaborados os Gráficos 1.1a, 1.1b, 1.2a, 1.2b e 1.3. Estes primeiros gráficos tratam da evolução das exportações e importações brasileiras e o saldo entre essas operações entre os anos 1983 e 2009, ou seja, avaliaremos os últimos anos do século XX, nos quais ocorreram importantes mudanças na economia brasileiras (como destacamos anteriormente), e a primeira década do século XXI. A avaliação desses dados serve para apreendermos quais as principais características do comércio brasileiro com a totalidade dos outros países, para que assim possamos investigar as consequências das mesmas.

A característica marcante das exportações brasileiras é que elas são majoritariamente de *commodities* primárias, como pode ser percebido no Gráfico 1.1a, o qual mostra a participação percentual de cada tipo de produto no total do que é exportado pelo Brasil. Nos vinte sete anos analisados as *commodities* primárias tiveram uma participação média de 44%, os recursos naturais e intensivos em trabalho 12%, os produtos com baixa intensidade tecnológica 10%, os de média intensidade 17% e os de alta intensidade 11%, ficando os produtos não classificados com uma participação média de 6%.

No Gráfico 1.1b podemos analisar a evolução das exportações por conteúdo tecnológico em bilhões de dólares, também entre os anos de 1983 e 2009. Observando este gráfico podemos perceber uma elevação das exportações brasileiras, em valores absolutos, de todas as classes de produtos a partir de 2004, com destaque para a exportação de *commodities* primárias que “explodem” no período.

Para alguns estudiosos do assunto, conforme mostrado na introdução da presente seção, esse boom de exportações de *commodities* primárias representa uma reprimarização da pauta exportadora, ou seja, uma queda da participação dos produtos manufaturados na pauta exportadora e um aumento da participação das *commodities* primárias. No entanto, se observarmos o Gráfico 1.1a, veremos que, mesmo com o *boom* de exportações de *commodities* primárias em valores absolutos, não podemos dizer que há uma tendência de reprimarização, pois não há uma mudança significativa na participação média das mesmas no total das exportações, o que nos permite observar a constante importância das *commodities* primárias como geradoras de saldo exportador. Entretanto, o grupo de produtos de média intensidade tecnológica cresceu, ao longo de todo o período analisado, de forma consistente, dobrando a sua participação relativa de 10% para algo em torno de 20% a partir de 1992, o que permite apontar uma pequena melhora qualitativa da pauta exportadora.

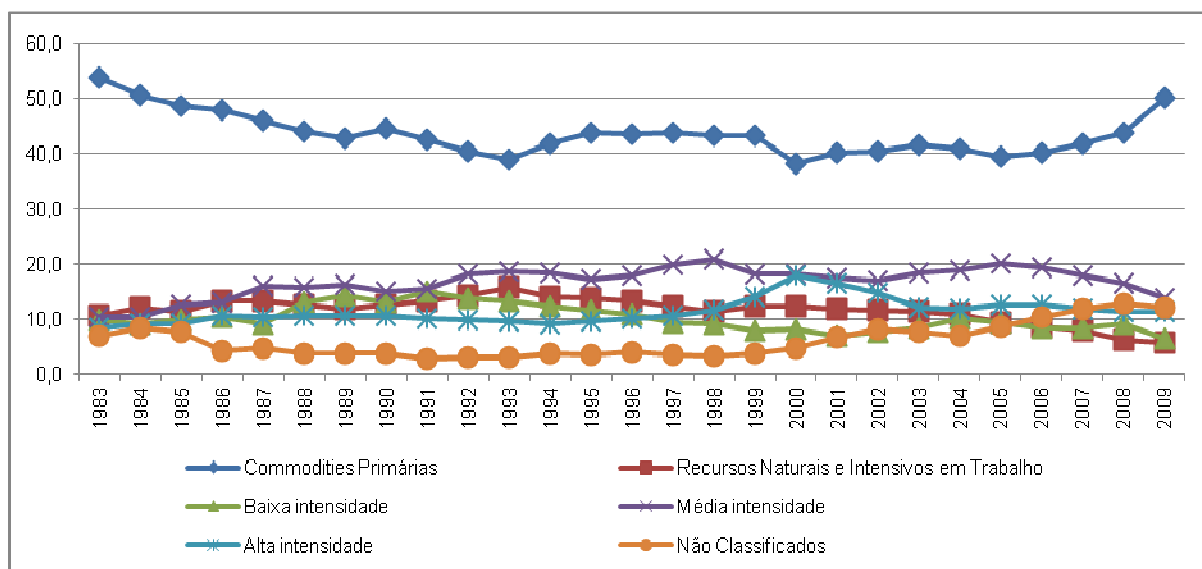
Já as importações brasileiras, mostradas nos Gráficos 1.2a e 1.2b, são marcadas por grande participação de produtos de média e alta intensidade tecnológica, principalmente a partir da década de 1990, atingindo picos mais altos nos anos 2000. A elevada quantidade de importação desses produtos, demonstrada não só em valor absoluto, no Gráfico 1.2a, como

também na participação relativa crescente no total importado, Gráfico 1.2b, mostram uma tendência de aumento da dependência de importações de bens com elevado conteúdo tecnológico.

Gráfico 1.1a

Evolução anual das exportações por conteúdo tecnológico Brasil, 1983 a 2009.

(Em %)

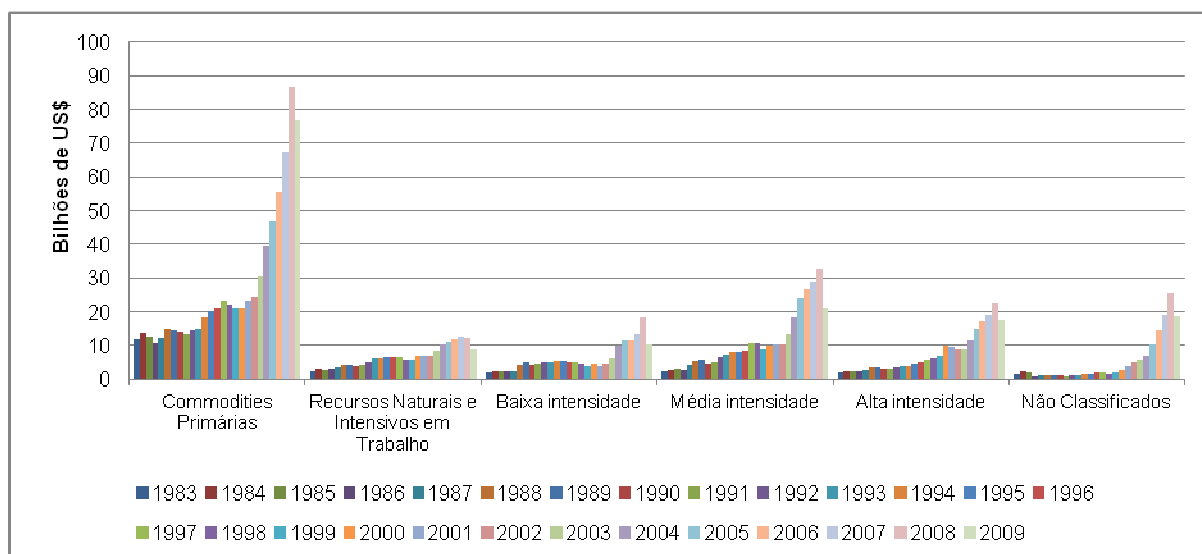


Fonte: COMTRADE. Elaborado pelos autores.

Gráfico 1.1b

Evolução anual das exportações por conteúdo tecnológico: Brasil, 1983 a 2009.

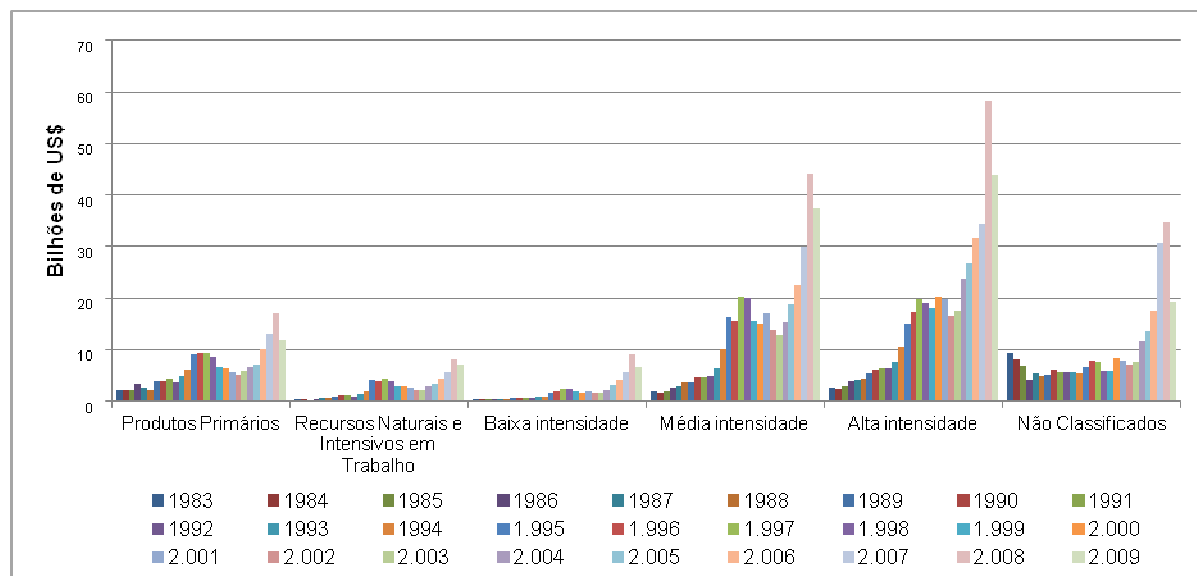
(Em US\$ bilhões)



Fonte: COMTRADE. Elaborado pelos autores.

Gráfico 1.2a

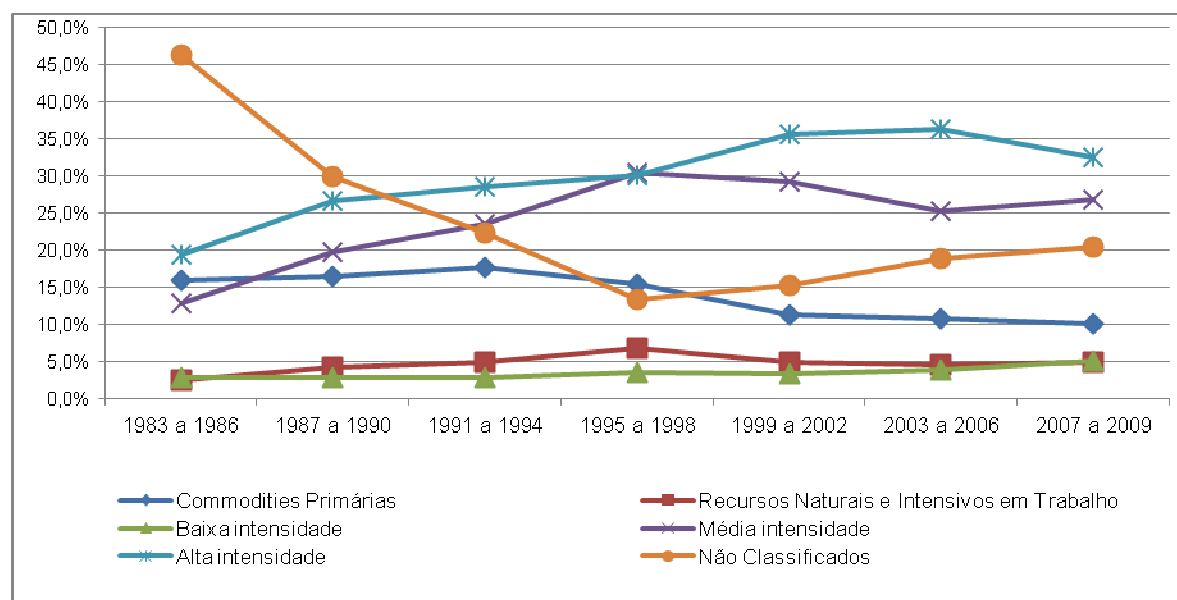
Evolução das importações por conteúdo tecnológico: Brasil, 1983 a 2009.
(Em US\$ bilhões)



Fonte: COMTRADE. Elaborado pelos autores.

Gráfico 1.2b

Evolução das importações por conteúdo tecnológico: Brasil, 1983 a 2009.
(Em %)



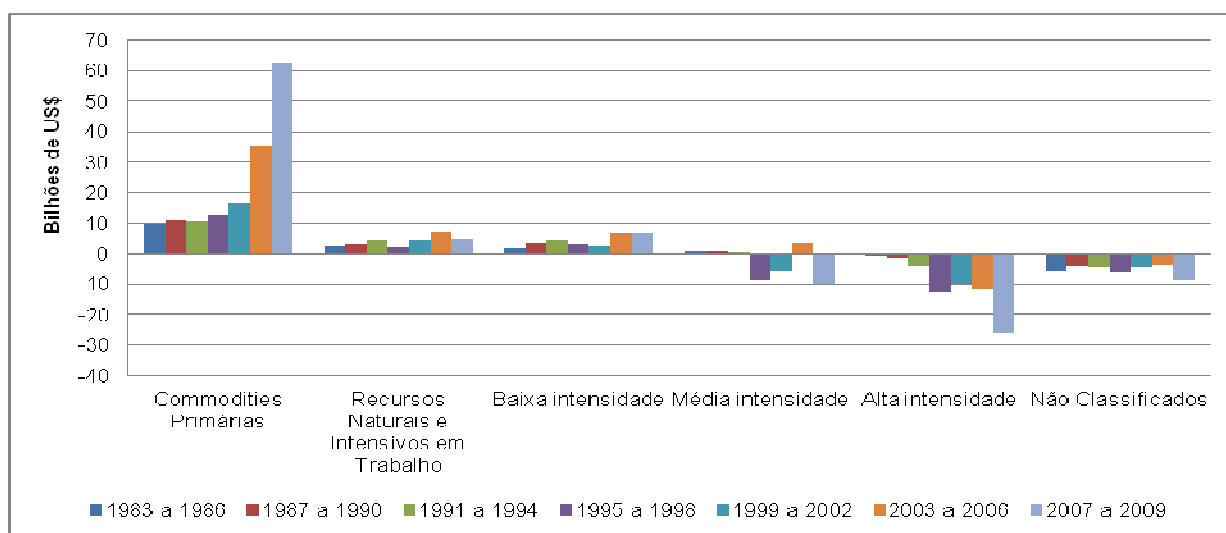
Fonte: COMTRADE. Elaborado pelos autores.

Essas características importantes das pautas de exportação e importação revelam um quadro que pode ser facilmente percebido no Gráfico 1.3. Como podemos ver, o saldo comercial é negativo quando se trata de produtos de média e alta intensidade tecnológica. A dependência

brasileira de importação de produtos de média e alta intensidade tecnológica gera uma pressão negativa e crescente sobre o saldo comercial. Desta forma, é permanente e cada vez mais necessária a geração de saldos positivos de exportação de *commodities* primárias. Observando-se os dados aqui apresentados pode-se dizer que há uma dependência estrutural ininterrupta da exportação de *commodities* primárias para fazer frente à restrição externa, ou seja, a despeito de não existir uma tendência de reprimarização, conforme mostra o Gráfico 1.1a, não resta dúvida de que, do ponto de vista do saldo comercial, o país jamais deixou de ser dependente de *commodities* como fonte de divisas para fazer frente à restrição externa.

Gráfico 1.3

Evolução do saldo de comércio por conteúdo tecnológico: Brasil, 1983 a 2009.
(Em US\$ bilhões)



Fonte: COMTRADE. Elaborado pelos autores.

O trabalho de Almeida (2009), ao analisar a Balança Comercial brasileira por intensidade tecnológica para os anos 1996, 2000, 2004 e 2008, mostra que os setores em que, especificamente, concentram-se os déficits da Balança Comercial nacional são os setores de alta e média-alta tecnologia, tendo sido maior em 2008 nos setores: produtos químicos, exclusive farmacêuticos (-R\$ 20,1 bilhões); equipamentos de rádio, TV e comunicação (-R\$ 9,8 bilhões); máquinas e equipamentos mecânicos (-R\$ 8,1 bilhões); instrumentos médicos de ótica e precisão (-R\$ 5,5 bilhões); indústria farmacêutica (-R\$ 4,6 bilhões). No grupo de indústria de alta tecnologia apenas o setor de indústria aeronáutica e espacial apresentou superávit, o que, segundo Almeida (2009) se deve à produção e venda da Embraer. Já na indústria de média-alta tecnologia o setor de veículos automotores, reboques e semirreboques foi o único a apresentar superávit em três dos quatro anos apresentados. Não obstante, devemos considerar o fato de que este setor

depende das exportações da indústria automobilística, a qual é de propriedade do capital forâneo. Tais dados corroboram a hipótese de que há a dependência estrutural de *commodities* primárias.

A conclusão de Almeida (2009, p. 24) de que “o padrão de competitividade e especialização da balança comercial brasileira é típico de um país rico em trabalhadores não qualificados e recursos naturais” converge com o destaque que demos aos dados anteriores. Isso também fica claro ao observarmos quais são os setores industriais mais competitivos da indústria brasileira, medidos pelo saldo comercial, na Tabela 1.2.

Tabela 1.2

Setores mais competitivos por intensidade tecnológica – saldo comercial

Setores	1996	2000	2008
	US\$ milhões	US\$ milhões	US\$ milhões
Alimentos, bebidas e tabaco (baixa tecnologia)	6.471,90	5.734,89	31.292,39
Produtos não industriais	-509,60	2.403,36	26.040,46
Produtos metálicos (média-baixa tecnologia)	4.734,63	4.098,40	11.159,97
Madeira, papel e celulose (baixa tecnologia)	1.505,48	2.759,38	6.572,29
Subtotal	12.202,41	14.996,03	75.065,11

Fonte: Almeida (2009, p. 25).

Em 2004 o governo brasileiro lançou a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Internacional (PITCE) cuja orientação seria:

“... aproveitar as potencialidades da base produtiva local e induzir a criação de vantagens competitivas dinâmicas por meio de maior valorização da inovação tecnológica na empresa tendo o setor industrial como base do desenvolvimento econômico no contexto de estabilidade monetária e de restrições de natureza fiscal” (CAMPANÁRIO *et. al.*, 2005, p. 10).

Embora ainda seja cedo para avaliarmos os reais resultados dessa política, Almeida (2009) alerta que o BNDES tem contrariado essa política de responder e reforçar essa vantagem comparativa da indústria. Entre 2002 e 2007 a proporção de empréstimos do BNDES para os setores de baixa e média-baixa tecnologia passou de 46,5% (R\$ 11,2 bilhões) para 60% (R\$ 15,2 bilhões) dos empréstimos diretos para a indústria, com exceção dos financiamentos às exportações e as operações indiretas por meio dos agentes financeiros. Diante da observação desses dados Almeida (2009) conclui que o padrão de inserção das empresas brasileiras baseia-se nos setores intensivos em recursos naturais e *commodities*, nos quais reside a grande vantagem comparativa do Brasil, sendo que esse padrão competitivo não sofreu alterações significativas nos doze anos analisados pelo autor (1996-2008).

De Negri (2005) chama atenção para a contribuição do comércio de bens intensivos em tecnologia para o aumento das exportações mundiais a partir da década de 1990 e aponta que essa é uma importante razão para se buscar uma inserção externa mais competitiva, pautada em uma participação maior do país no comércio desse tipo de produtos, pois, enquanto a participação das *commodities* nas exportações mundiais é de apenas 13%, os produtos de média intensidade representam cerca de 30% do comércio mundial. No entanto, como se pode visualizar no Gráfico 1.1b (p. 7), a pauta de exportações brasileira não caminha para participação significativa de bens intensivos em tecnologia. A maior participação desses bens na corrente de comércio nacional se explica por uma maior participação dos mesmos na pauta de importação, gerando déficits comerciais em produtos de média e alta intensidade tecnológica, como mostra o Gráfico 1.3 (p.8), o que acaba por agravar o quadro de inserção brasileira em produtos de média e alta tecnologia.

Entretanto, consoante observado anteriormente, a discussão que propomos nesse trabalho vai além da análise do comércio brasileiro. A alteração do padrão de inserção nacional em direção a produtos mais intensivos em tecnologia é de grande importância para a superação de um quadro histórico de restrição externa. Porém, se voltarmos nossas atenções não apenas para a Balança Comercial, mas também para as demais rubricas do Balanço de Pagamentos, como Serviços e Rendas e a Conta Capital, veremos que a dependência dos saldos gerados por *commodities* primárias não é muito mais do que apenas para cobrir os déficits gerados por importações de alto valor agregado. O processo de abertura da economia brasileira conjugado com políticas de estabilização visando atrair o capital externo tinha como uma de suas justificativas a esperança de que este capital seria responsável por superar o atraso tecnológico da produção industrial do país. Porém, mesmo tendo promovido um intenso movimento de reestruturação industrial, esse processo não gerou mudanças substanciais no padrão de especialização brasileiro, tendo inclusive reforçado-o e ainda gerado novas pressões sobre o Balanço de Pagamentos do país.

Dos anos 1990 em diante houve um aumento bastante significativo do fluxo de IDE, e isso deterá nossa atenção na próxima seção. Investigaremos se o IDE tem cumprido o papel de minimizar o problema apontado nessa primeira seção, que é o fato de o padrão de inserção comercial brasileiro basear-se nos setores intensivos em recursos naturais e *commodities*, sendo que, do ponto de vista da Balança Comercial, são fundamentalmente as *commodities* primárias que ajudam o país a enfrentar o problema da restrição externa.

2. Caracterização do fluxo de Investimento Direto Externo no Brasil: tendências recentes

Michal Kalecki, em sua obra “*Ensayos Sobre Las Economías En Vías De Desarrollo*” (1980), trata do papel do capital externo nas economias subdesenvolvidas. Segundo o autor, um

investimento externo, ou uma ajuda externa sempre terá impactos posteriores, e para avaliá-los, é necessário verificar todos os desdobramentos que se sucedem a esta ajuda. Sendo o objetivo desta seção investigar quais as características e os desdobramentos do intenso fluxo de IDE que a economia brasileira tem recebido, teremos como ponto de partida os argumentos apresentados por este autor.

Para Kalecki (1980), a ajuda externa pode ser comparada, do ponto de vista quantitativo, a uma variação positiva dos termos de troca na medida em que ambas – a ajuda externa e a variação positiva dos termos de troca – aumentam a capacidade de importação do país, sem qualquer esforço da sua parte. Porém, créditos externos devem ser devolvidos, sendo que a entrada efetiva de capital em países em desenvolvimento é compensada em grande parte pelo peso crescente de juros da dívida externa e remessa de lucros e dividendos (KALECKI, 1980). Esse é justamente um dos pontos investigados nesta seção, ou seja, a relação entre o IDE e os lucros e dividendos remetidos para os países de origem do capital. Outro ponto também de relevante importância é a relação entre IDE e os coeficientes de exportação e importação do país.

Algumas vezes se afirma que o IDE é mais barato para o país receptor que qualquer crédito, já que não precisa ser devolvido. Mesmo supondo-se que o capital estrangeiro não se repatriará em nenhum momento, o raciocínio, segundo Kalecki (1980), é baseado em uma falácia: é certo que na conta capital a entrada do IDE possivelmente nunca será compensada, sob tais circunstâncias, por uma saída de capitais. Mas os benefícios transferidos para o exterior podem ser superiores ao custo de devolução de um crédito externo – o qual cria obrigações para um número definido de anos –, pois, segundo o autor, estamos sempre diante de um processo interminável de espiral crescente de remessas ao exterior, de vazamentos via conta de serviços e rendas, de forma que se pode facilmente demonstrar que, a longo prazo, o impacto dos IDEs continuarão no Balanço de Pagamentos do país receptor de modo negativo, a menos que a entrada de investimentos estrangeiros cresça substancialmente de ano para ano (KALECKI, 1980), o que não é, *a priori*, garantido.

O interesse do capital externo em realizar investimentos diretos no Brasil é antigo, marcadamente, desde o século XIX, quando se estabeleceu nos setores de utilidade pública como energia elétrica e transporte ferroviário. Seja nos séculos XIX, XX e agora no início do século XXI, o IDE sempre esteve presente na economia brasileira, se tornando um importante instrumento utilizado por vários governos como forma de amenizar as dificuldades de financiamento interno, ou mesmo a pouca disponibilidade de investidores internos, principalmente em setores de infraestrutura, indústria metal-mecânica e segmentos afins.

No entanto, para o escopo deste trabalho nos interessa o comportamento do fluxo de IDE nos últimos vinte anos. A escolha deste período se justifica por se tratar de um período no qual

ocorreram grandes transformações que modificaram todo o cenário econômico do país, bem como sua relação com o mundo. Mais especificamente, trata-se de um período em que ocorreram alterações profundas para a lógica do investimento no Brasil. Destas alterações podemos destacar a finalização, em 1994, do calendário básico de abertura e de liberalização econômica – ocorridas no bojo do receituário do Consenso de Washington – e a implantação do plano de estabilização – o Plano Real – em julho de 1994, o qual foi um marco na evolução da economia brasileira, ao interromper a mega inflação que a acompanhava desde 1987, desorientando a alocação de recursos e restringindo os investimentos (BIELSCHOWSKY, 1999).

Carneiro (2002) destaca como principais mudanças ocorridas no cenário econômico brasileiro durante a década de 1990, o processo de liberalização financeira, de abertura comercial, desnacionalização da propriedade e as privatizações. A indústria brasileira passou por um processo de radical liberalização, realizado através da abertura comercial, com a redução de tarifas e da proteção não tarifária, com a justificativa de que a entrada de novos produtores no mercado antes protegido ampliaria a concorrência.

Segundo Filgueiras e Pinheiro (2008) um dos argumentos centrais da defesa desse tipo de política econômica implementada nos anos 1990 é de que a utilização de recursos provenientes do exterior seria de fundamental importância para “modernizar a economia brasileira e colocá-la nos trilhos da globalização”, pois, a economia brasileira continha um alto grau de proteção e um viés estatizante que, para muitos estudiosos e defensores do liberalismo, eram os principais geradores de ineficiência. Desta forma a abertura comercial se fazia importante, pois, forçaria as empresas nacionais a se modernizarem, melhorando assim, a inserção das mesmas na economia internacional. Somando-se a isso, defendia-se que a ampliação da participação de empresas estrangeiras através de IDE contribuiria para o comércio internacional brasileiro, a partir de uma base produtiva mais especializada e com maior conteúdo tecnológico.

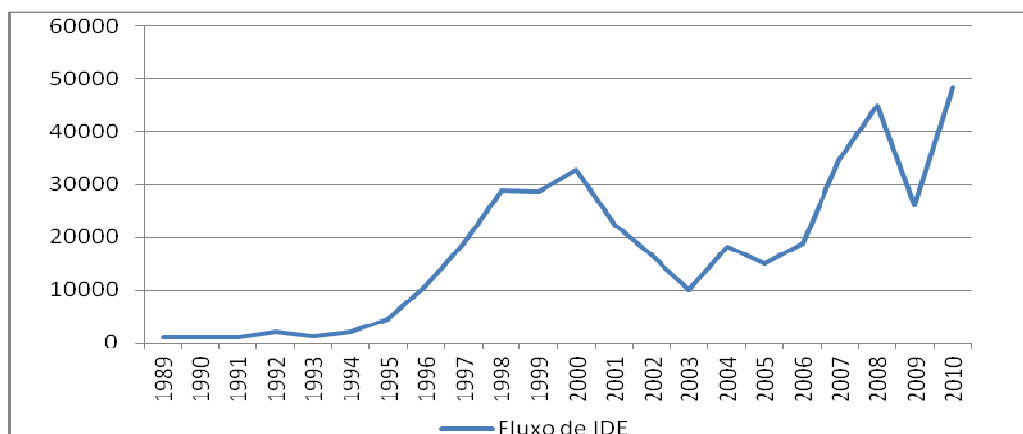
Laplane e Sarti (2003), discutem sobre o crescimento do fluxo de IDE no Brasil nos anos 1990 e esclarecem que muitos analistas alimentavam expectativas otimistas no sentido de que estes fluxos atuariam como fomentadores do surgimento de uma nova fase de crescimento e de modernização da estrutura empresarial brasileira. Esperava-se que o IDE funcionasse como uma forma de financiamento de longo prazo, sendo que, as empresas estrangeiras seriam responsáveis pela implantação de uma base produtiva mais especializada e com maior conteúdo tecnológico, o que geraria um crescimento nas exportações em um novo patamar, que se configuraria em um aumento da participação de produtos de maior valor agregado.

Através do Gráfico 2.1, elaborado com dados presentes no Balanço de Pagamentos, percebe-se o crescimento acentuado do IDE no Brasil principalmente no período entre os anos 1997 e 2000. Como apontado por Laplane e Sarti (1999), esse volume tem se intensificado de tal

forma que vem superando os fluxos de períodos de acentuado crescimento e internacionalização da economia nas décadas de 1950, 1960 e 1970. O volume de ingresso de IDE salta de US\$ 989 milhões em 1990 para US\$ 28.578 milhões ao final da década. Entretanto, esses dados agregados não são suficientes para dizer se a estratégia brasileira de desenvolvimento impulsionado por recebimento de poupança externa na forma de IDE é bem sucedida no que tange à transformação de nosso parque industrial e na diversificação de nossa pauta exportadora.

Gráfico 2.1

Evolução do Fluxo de IDE no Brasil entre 1989 e 2009. Em US\$ milhões



Fonte: Banco Central do Brasil (2010). Elaborado pelos autores.

É importante acentuarmos que boa parte dos ingressos de IDE no Brasil na segunda metade da década de 1990 – quando estoura o volume desta modalidade de investimento – foram destinados ao processo de privatização, concentradas nos serviços industriais de utilidade pública e do sistema Telebrás e ao movimento de fusões e aquisições. Conforme pode-se observar na Conta Financeira do Balanço de Pagamentos, na rubrica destinada às privatizações, em 1996 o Brasil recebeu um total de US\$ 10.792 milhões de IDE, sendo que destes US\$ 2.345 milhões seguiram para privatizações. Em 1997 esse volume chegou a US\$ 5.249 milhões chegando a 28% do total de IDE que ingressou no país. Em 1998 chegou a US\$ 6.121 milhões e fechou a década com US\$ 8.786 milhões em 1999. Já as operações de fusão e aquisição, incluindo o setor privado, foram responsáveis por 30% da entrada desse tipo de investimento em 1995 e por 32,5% em 1996 (SIFFERT e SILVA, 1999, p. 382).

No entanto, diferentemente do IDE destinado à construção de novos ativos, o IDE cuja finalidade é a compra de ativos já existentes, públicos ou privados, não pode ser, segundo Laplane e Sarti (2003), caracterizado como investimento no sentido macroeconômico. Isso porque, a relação do IDE com o crescimento do produto nesses casos é, na visão mais otimista, indireta, pois, depende de que o novo proprietário estrangeiro realize investimentos novos em modernização e/ou ampliação da capacidade de produção do ativo recém adquirido que

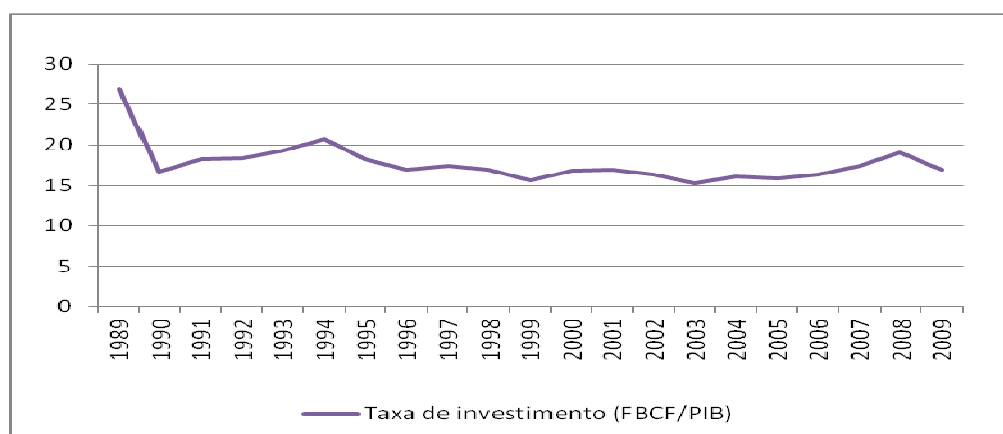
configurem em aumento de sua produtividade. Sendo assim, a contribuição desse tipo de IDE para o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e do produto só se materializa se e quando investimentos adicionais forem realizados.

No Gráfico 2.2 podemos observar o comportamento da taxa de investimento (FBCF/PIB) para o período entre 1989 e 1999. A trajetória exposta no gráfico nos mostra claramente que esta taxa não experimentou alterações significativas no período, mesmo quando o IDE apresentou forte crescimento, como na segunda metade dos anos 1990, o que nos leva a concordar com Laplane & Sarti (2003) quando estes afirmam que isso é consequência da pequena parcela de IDE que constituiu demanda por ativos novos. Isso se explica pelo fato de que o IDE para o Brasil nos anos 1990 teve um aspecto mais forte em termos de mudança patrimonial, de modo que a contribuição para a produção não foi equivalente aos recursos injetados na economia, diferente dos anos 1970, quando a chegada das inversões do exterior se destinava a ampliar a base produtiva do país.

Gráfico 2.2

Trajетória da Taxa de Investimento Brasileira (FBCF/PIB) – 1989-2009

Em (%)



Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelos autores.

Porém, com o esgotamento das privatizações e com o nível baixo de crescimento da economia brasileira, as entradas de IDE não se mantiveram no mesmo nível. Em adição, o quadro externo se deteriorou, com a desaceleração das economias avançadas, dentre as quais os EUA, responsáveis por investimentos expressivos no país. Desta forma, ocorreu um declínio vertiginoso e sem interrupções das entradas de IDE de 2001 a 2003, como pode ser verificado no Gráfico 2.1 (p. 14). No primeiro ano o fluxo de IDE alcançou US\$ 22.457 milhões contra US\$ 32.779 milhões no ano anterior e fechou em 2003 em apenas US\$ 10.144 milhões, menor valor em oito anos. No ano seguinte, 2004, os ingressos de IDE para o país voltaram a crescer, alcançando US\$ 18.146 milhões. Foi a partir de 2007 que o fluxo de IDE começou a melhorar, chegando em 2008 a US\$ 45.058 milhões. Porém em 2009, devido à crise na economia dos EUA,

o nível de IDE voltou a cair, atingindo US\$ 25.949 milhões, mas recuperou-se em 2010, fechando o ano em US\$ 48.462 milhões, seu maior patamar.

No entanto, é importante observarmos que, por terem prevalecido inversões externas em serviços industriais de utilidade pública, em serviços de telecomunicações e de intermediação financeira, ou seja, em segmentos que ofertam bens e serviços *não comercializáveis*, os IDEs colocaram duas questões para o médio e longo prazo (IEDI, 2006): Por significarem mudança patrimonial, na qual ativos passaram das mãos de residentes para não residentes, parcela expressiva do IDE implicou em aumento do passivo externo brasileiro, mas sem ampliar na mesma magnitude a capacidade de oferta; Por predominarem inversões na produção de serviços não comercializáveis, não fomentavam diretamente as exportações.

Laplane e Sarti (2003) apontam que, como resultado do aumento dos fluxos de investimento e das aquisições, a participação das empresas estrangeiras na economia brasileira, que historicamente sempre foi elevada, aumentou consideravelmente, atingindo todos os setores da economia. Contudo, foi no setor de serviços que esse aumento foi mais intenso, sendo que o aumento da presença das empresas estrangeiras nos serviços refletiu em grande parte, os resultados do processo de privatização, particularmente nos setores financeiros e de telecomunicações, ou seja, setores de serviços. Seguiu-se a isso uma mudança na composição setorial dos fluxos de IDE, como pode ser verificado na Tabela 2.1³ a seguir. Até 1995 o setor industrial era o maior concentrador de IDE, aproximadamente 67%, possuindo um estoque superior ao dos setores agrícola e de serviços. Os IDEs na indústria se concentrava em alimentos e bebidas, produtos químicos, metalurgia básica, montagem de veículos e máquinas e equipamentos.

Nos anos seguintes, predominaram os investimentos destinados aos serviços, cujo estoque chegou a 63% do total em 2000, mantendo o mesmo nível em 2005. Os destaques dessa concentração em serviços foram os setores de eletricidade, gás e água quente, correio e telecomunicações, intermediação financeira e o comércio atacadista e varejista. Na indústria permaneceram importantes os investimentos em alimentos e bebidas, produtos químicos e montagem de veículos.

Observando o fluxo de investimentos de 2006 e 2009, na Tabela 2.1, percebe-se que houve alterações. O setor de serviços continua predominante, porém, em menor grau, com 46%, tendo como destaque o setor de intermediação financeira. Já o setor de agricultura, pecuária e extração mineral ganhou mais espaço, detendo 18% do fluxo do período. O setor industrial manteve sua participação praticamente estável, com 35%, sendo que os fluxos recebidos por este

³ Essa tabela segue os moldes da tabela 1.7 de Laplane & Sarti (2003, p. 23) tendo sido aqui atualizada com dados recentes.

setor foram fundamentalmente para alimentos e bebidas, com 4%, refino de petróleo, coque e combustíveis e montagem de veículos, ambos com aproximadamente 3%, e metalurgia básica com 12%. Ou seja, até 2005 o peso maior dos fluxos de IDE se encontrava no setor de serviços, mas a partir desse ano houve uma redução da participação do setor de serviços, o que *não* se reverteu em maior fluxo para a indústria e *sim* para o setor de agricultura e extração mineral – o que parece ser sintomático do quadro de tendência de desindustrialização combinada com aprofundamento da primarização das exportações, conforme apontam diversos estudiosos (vários deles já mencionados anteriormente).

Tabela 2.1

Estoque e Fluxo de IDE no Brasil por Setor de Atividade

Atividade Econômica Principal	Estoque 1995	Estoque 2000	Estoque 2005	Fluxo 2006-2009
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	2,22	2,33	3,63	18,01
Indústria	66,93	33,71	33,09	35,54
Alimentos e bebidas	6,78	4,48	4,23	4,16
Produtos do fumo	1,72	0,70	0,26	0,11
Produtos têxteis, vestuário e acessórios	1,46	0,8	1,28	1,34
Artefatos de couro, artigos de viagem, calçados	1,03	0,05	0,07	0,07
Produtos de madeira	0,07	0,23	0,32	0,33
Celulose, papel e produtos de papel	3,92	1,53	1,40	2,37
Edição, impressão e reprodução de gravações	0,33	0,19	0,35	0,24
Coque, refino de petróleo, combustíveis	0	0	0,02	3,63
Fabricação de produtos químicos	12,79	5,87	7,46	2,54
Borracha e plástico	3,69	1,73	1,45	1,40
Minerais não-metálicos	2,05	1,14	0,64	1,04
Metalurgia básica	7,21	2,44	0,99	11,82
Produtos de metal - exclusive máq. e equip.	1,37	0,58	0,44	0,33
Máquinas e equipamentos	5,62	3,23	2,67	1,37
Máquinas para escritório e equip. de informática	1,10	0,27	0,11	0,01
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2,64	0,96	1,33	0,99
Material eletrônico, aparelhos e equip. comunicação	1,88	2,11	2,78	0,75
Instrumento médico-hospitalar, óticos e automação	0,40	0,71	0,24	0,08
Montagem de veículos automotores	11,60	6,17	6,92	3,34
Outros equipamentos de transporte	0,53	0,35	0,69	0,20
Móveis e indústrias diversas	0,71	0,18	0,14	0,06
Reciclagem	0,03	0,01	0,03	0
Serviços	30,85	63,96	63,28	46,46
Eletricidade, gás e água quente	0	6,91	4,53	3,76
Captação, tratamento e distribuição de água	0	0,14	0,19	0,11
Construção	0,49	0,40	0,86	3,86
Comércio e reparação de veículos	0,20	0,42	0,22	0,20
Comércio por atacado	5,11	5,74	7,01	3,66
Comércio varejista	1,60	3,78	3,59	3,79
Alojamento e alimentação	0,87	0,31	0,26	0,75
Transporte terrestre, aquaviário e aéreo	0,3	0,29	0,26	1,22
Transporte aéreo	0,06	0,01	0	0,45
Atividades anexas transporte e agências de viagem	0,17	0,19	2,02	1,38
Correio e telecomunicações	0,96	18,21	20,21	3,02
Seguros e previdência privada	0,36	0,48	0,85	1,88
Atividades auxiliares da intermediação financeira	0,94	1,44	1,06	2,74
Atividades imobiliárias	2,66	0,77	1,03	3,46
Aluguel de veículos, maq. e equip. sem condutores	0,87	0,08	0,27	0,23
Atividades de informática e conexas	0,28	2,47	0,98	0,16
Pesquisa e desenvolvimento	0,01	0,71	0,65	0,05
Serviços prestados principalmente às empresas	11,88	10,70	9,65	3,88
Educação	0	0,01	0,07	0,25
Saúde, serviços sociais, limpeza urbana e esgoto	0,05	0,19	0,15	0,08
Atividades recreativas, culturais e desportivas	0,17	0,36	1,48	0,26
Total (%)	100	100	100	100
Total (US\$ milhões)	41.696	103.015	162.474	128.301

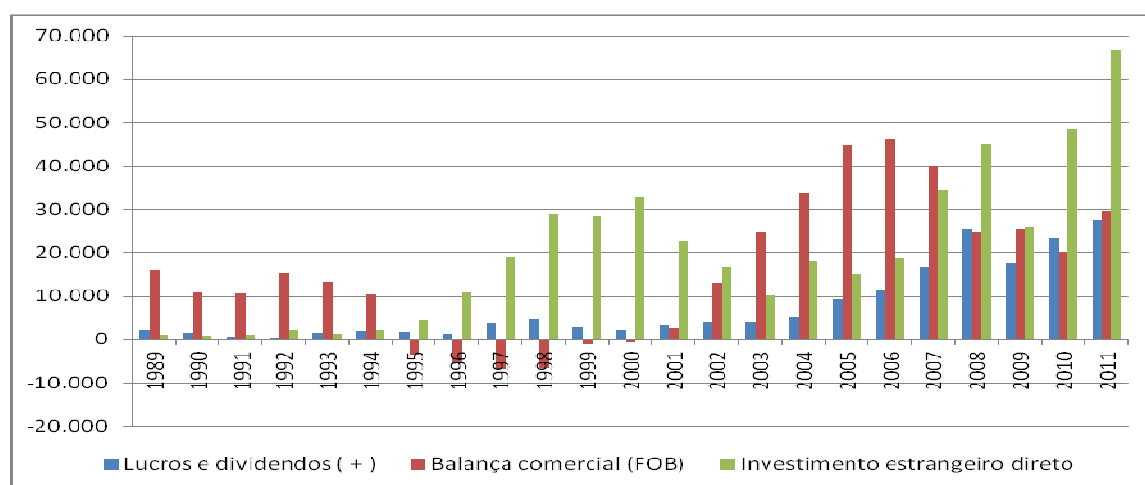
Fonte: Censo de Capitais (1995, 2000, 2005), Notas para a Imprensa (2006, 2007, 2008, 2009)

Banco Central do Brasil. Adaptado pelos autores.

O fluxo de IDE, com poucas exceções, tem aumentado ao longo dos anos, trazendo divisas ao país de maneira constante. Uma das preocupações de Kalecki (1980) com relação aos fluxos de IDE é a de que, em contraste com um crédito que cria obrigações para um número definido de anos, a médio e longo prazo o impacto dos IDEs continuará no Balanço de Pagamentos do país receptor de modo negativo, como remessa de lucros e dividendos, a menos que a entrada de investimentos estrangeiros cresça substancialmente de ano para ano, o que, como já mencionado antes, não é confiável. Essa preocupação de Kalecki poderia, conjuntamente, ser descartada para o caso brasileiro, já que, o fluxo de IDE tem sido superior às remessas de lucros e dividendos⁴, como pode ser visto no Gráfico 2.3. No entanto, nesse mesmo gráfico notamos outro fato que merece nossa atenção, pois, podemos perceber o quanto que o volume de lucros e dividendos remetidos ao exterior tem se aproximado do saldo gerado pela Balança comercial, tendo, nos anos de 2008 e 2010, superado este último, o que gera um ponto adicional de vulnerabilidade da economia doméstica às adversidades da economia internacional.

Gráfico 2.3

Montante de IDE, Remessa de Lucros e Dividendos e saldo da Balança Comercial para os anos de 1990 a 2011. Em milhões de US\$



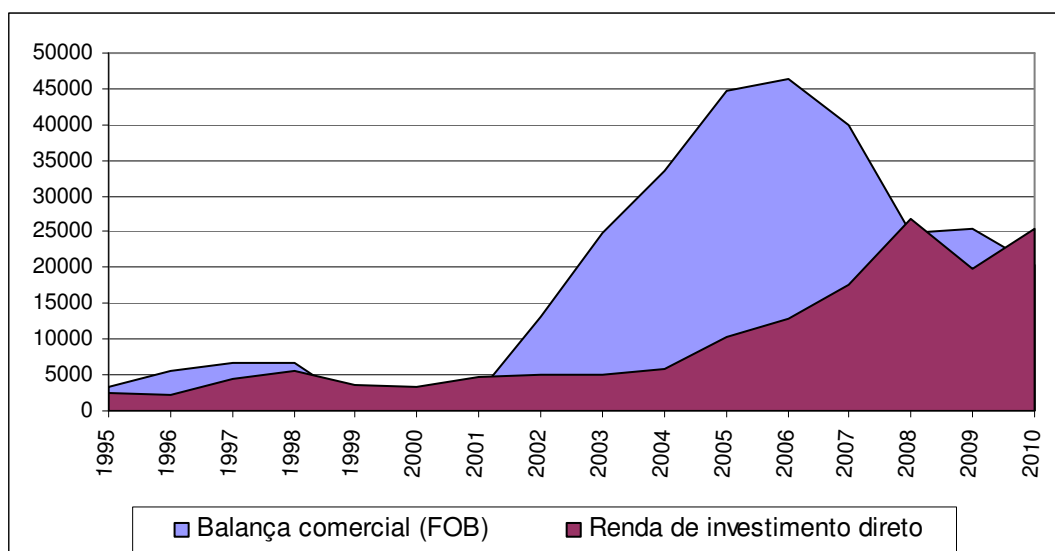
Fonte: Balanço de Pagamentos (2010), Banco Central do Brasil. Elaborado pelos autores.

O problema fica ainda mais visível se considerarmos a rubrica Renda de Investimento Direto junto ao saldo da Balança Comercial, como no Gráfico 2.4. Neste gráfico vemos que, embora o saldo da Balança Comercial tenha sido superior ao saldo de Renda de Investimento

⁴ Lucros e Dividendos corresponde ao componente mais expressivo da rubrica Renda de Investimento Direto do Balanço de Serviços e Rendas do Balanço de Pagamentos. Segundo o BACEN (2001: 8), as “rendas de investimentos diretos abrangem os lucros e dividendos relativos a participações no capital de empresas e os juros correspondentes aos empréstimos intercompanhias nas modalidades de empréstimos diretos e títulos de qualquer prazo. Não incluem os ganhos de capital, classificados como investimento direto na conta financeira”. Os saldos das rubricas Lucros e Dividendos (Gráfico 2.3) e Renda de Investimento Direto (Gráfico 2.4, que inclui também a rubrica de “juros de empréstimos intercompanhia”), que são recorrentemente negativos, são considerados aqui em módulo, ou seja, como sendo positivos, o que facilita a visualização e comparação dessas rubricas com as demais analisadas.

Direto para a maior parte do período, nos últimos anos o resultado de Renda de Investimento Direto tem sido em alguns momentos, superior ao resultado da Balança Comercial.

Gráfico 2.4
Renda de Investimento Direto e saldo da Balança
Comercial – 1995 a 2010. Em milhões de US\$



Fonte: Balanço de Pagamentos (2010), Banco Central do Brasil. Elaborado pelos autores.

A importância da análise em conjunto das rubricas de Lucros e Dividendos ou Renda de Investimento Direto junto à Balança Comercial se faz à medida que, como já afirmamos anteriormente, o saldo da Balança Comercial, dominado pela exportação de *commodities* primárias, é a principal fonte de enfrentamento da restrição externa, o que torna a economia brasileira vulnerável a modificações no cenário econômico internacional. Somando-se a essa vulnerabilidade as remessas crescentes de rendas de investimento direto ao exterior, pode-se observar o quanto o comportamento das contas nacionais está cada vez mais dependente da entrada de capitais estrangeiros na forma que nos interessa para esse trabalho, ou seja, na forma de IDE, com a expectativa da sempre suposta possibilidade do IDE vir a somar força no esforço exportador. Isso nos remete a outro ponto – além da questão das remessas de Lucros e Dividendos – que também pode ser gerador não de contribuição ao esforço exportador, mas de agravamento da restrição externa: pressão sobre o coeficiente de importação gerada pela entrada de IDE.

A abertura do mercado interno brasileiro, que ocorreu nos anos 1990, veio acompanhada de argumentos favoráveis ao livre-comércio e à inserção do país aos fluxos internacionais de capitais, pois, esses dois fatores formaria a base de um novo modelo de desenvolvimento com

potencial de restabelecer taxas elevadas de crescimento, derivadas do aumento da produtividade industrial, do acesso ao mercado internacional e dos novos fluxos de IDE (BRITTO, 2003).

Os trabalhos de Franco (1998), Barros & Goldenstein (1997) e Moreira (1999), citados por Laplane e Sarti (2003) e Britto (2003), apresentam uma percepção de que a combinação da abertura com a estabilização, monetária e o aumento dos investimentos externos, financeiro e produtivo, conduziria a economia brasileira para padrões produtivos mais próximos aos dos países centrais, pois, boa parte desses investimentos seria feita sob novas formas de associação financeira e tecnológica, o que contribuiria para amenizar o problema de baixa capacidade de adaptação das empresas nacionais, predominantemente familiares a novos cenários competitivos. Com a maior presença das empresas estrangeiras seriam gerados benefícios para a eficiência da economia e para a retomada do crescimento, de modo que, o ganho de eficiência das empresas locais sobreviventes e a maior competitividade das filiais de empresas estrangeiras melhorariam o perfil de inserção das exportações brasileiras e aumentariam a capacidade de competição ante as importações, promovendo, segundo a visão de Barros e Goldenstein (1997) um processo natural de substituição de importações.

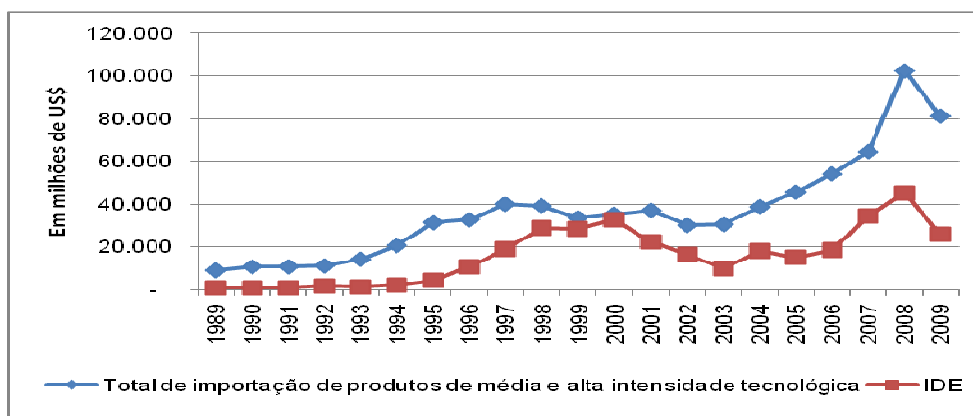
Outro ponto em que os autores favoráveis à entrada de IDE concordam é com o fato de que o período de transição e implementação das reformas envolveria alguns custos, sendo que o principal deles estaria associado ao rápido aumento das importações, que poderia ser interpretado como algo passageiro devido à necessidade de modernização da indústria nacional a métodos mais eficientes de produção. Após esse processo as importações se reduziriam e as exportações teriam um substancial aumento, permitindo a recomposição do saldo comercial brasileiro em um nível qualitativamente superior (BRITTO, 2003).

Além disso, havia também a crença de que, uma vez superadas as dificuldades iniciais, o IDE viria em volume suficiente para ajudar nossa economia a cobrir déficits na conta de Transações Correntes. No entanto, o fato é que o aumento do IDE veio acompanhado de um importante e contínuo acréscimo de importações de bens de alta e média intensidade tecnológica, como pode ser visto no Gráfico 2.5.

De Negri (2003) destaca algumas particularidades das empresas estrangeiras em relação às nacionais que são consideradas “vantagens de propriedade”, como o fato de serem integradas ao comércio mundial pelas demais filiais da corporação em outros países – o que garante o acesso facilitado a um número maior de mercados do que as empresas domésticas –, a existência de economias de escala provenientes de uma maior especialização de suas filiais e, ainda, acesso a crédito a custos mais baixos. Todos esses fatores resultam em uma maior abertura comercial das empresas estrangeiras em comparação com as empresas nacionais.

Gráfico 2.5

Comportamento do IDE e do total de importação de produtos de média e alta intensidade tecnológica. Em US\$ milhões



Fonte: Balanço de Pagamentos (2010), Banco Central do Brasil e COMTRADE (2010).

Elaborado pelos autores.

Porém, essa abertura se dá de forma assimétrica, já que a diferença que existe em favor das transnacionais é maior nas importações do que nas exportações. Isso pode ser visto na Tabela 2.2, na qual se verifica que a diferença entre os coeficientes de importação entre os dois tipos de empresa é maior que a diferença entre os coeficientes de exportação. Enquanto a diferença do coeficiente de exportação entre as empresas nacionais e estrangeiras é diminuta – 0,159 para 0,165, respectivamente –, os coeficientes de importação das empresas estrangeiras são quase o dobro dos coeficientes de importação das empresas nacionais. Já se observarmos a diferença entre os coeficientes de importação de bens intermediários, essa diferença chega à ordem de aproximadamente sete vezes maior para as empresas internacionais, o que implica em um comprometimento do saldo comercial brasileiro, ocorrendo o inverso do que se esperava dessas empresas que seria a melhoria, inclusive qualitativa, do saldo comercial do país.

Tabela 2.2

Coeficientes de exportação, de importação e de importação de bens intermediários das empresas nacionais e estrangeiras, exportadoras e não-exportadoras. 1996 a 2000.

Empresas		N	Coef. de exp.		Coef. de imp		Coef. de imp. bens int.	
			Média	Desvio	Média	Desvio	Média	Desvio
Nacionais	não exp.	42.186	-	-	0,101	0,44	0,011	0,06
	exp.	9.436	0,159	0,36	0,071	0,15	0,035	0,08
	Total	51.622	0,159	0,36	0,086	0,33	0,017	0,07
Estrangeiras	não exp.	344	-	-	0,183	0,37	0,098	0,19
	exp.	1.894	0,165	0,25	0,162	0,18	0,122	0,15
	Total	2.238	0,165	0,25	0,165	0,22	0,117	0,16

Fonte: De Negri (2003, p. 229).

A diferença entre a inserção comercial das empresas transnacionais e nacionais também pode ser percebida através dos fluxos de comércio apurados pela autora entre 1996 e 2000, os

quais podemos observar na Tabela 2.3. Nota-se que nos três últimos anos observados por De Negri (2003) o saldo comercial das empresas nacionais tem sido maior que o saldo comercial das empresas estrangeiras, mesmo as exportações desta última tendo superado as exportações da primeira, o que certamente pode ser explicado pelo peso das importações realizadas pelas empresas transnacionais, manifestada não só pelos valores observados na Tabela 2.3, como também pelos coeficientes de importação em geral e de importação de bens intermediários dessas empresas, expressos na Tabela 2.2 acima.

Tabela 2.3
Fluxos de comércio das empresas industriais – nacionais e estrangeiras –
no Brasil. 1996 a 2000. (Em US\$ mil)

		1996	1997	1998	1999	2000
Nacionais	Importação	-	19.943.020	15.840.533	13.285.123	17.949.849
	Exportação	24.231.548	19.883.612	17.805.965	15.699.062	20.897.355
	Saldo		-59.408	1.965.432	2.413.938	2.947.506
Estrangeiras	Importação	-	21.752.498	22.566.598	21.134.675	23.002.284
	Exportação	13.717.547	21.995.175	22.666.797	22.914.822	24.436.664
	Saldo		242.677	100.199	1.780.147	1.434.380

Fonte: De Negri (2003, p. 234)

A partir das Tabelas 2.2 e 2.3 também podemos concluir que as empresas multinacionais são responsáveis por cerca de metade dos fluxos comerciais do país, porém, não podemos perder de vista que as operações comerciais dessas empresas são, em grande medida, determinadas pelas estratégias globais definidas pela matriz (HIRATUKA, 2002). Assim, a atuação das filiais influencia os fluxos comerciais do país hospedeiro, os quais ficam sujeitos a determinantes externos, que não apenas os tradicionais fatores de competitividade. Dessa forma, a simples presença das empresas estrangeiras na estrutura produtiva brasileira não é, como alguns estudiosos supunham, suficiente para garantir maior inserção externa dos produtos produzidos internamente e para ampliar sua competitividade externa, chegando mesmo em alguns momentos, a ser um fator adicional de pressão na Balança Comercial brasileira, via maiores coeficientes de importações das empresas transnacionais. Esses dados apurados e demonstrados por De Negri (2003) nos ajudam a defender um dos pontos que temos como objetivo, qual seja, o fato de que os IDEs não cumprem o papel de propulsores da superação da dependência estrutural de *commodities* primárias e, ao contrário, reforçam pontos de pressão já existentes em nosso Balanço de Pagamentos, como a predominância de bens importados de alto valor agregado, sem contar a já mencionada pressão na conta de Serviços e Rendas da BTC.

Considerações Finais

A abertura econômica implementada na década de 1990, acompanhada da valorização cambial e dos processos de desnacionalização da propriedade e privatização, promoveu uma reestruturação produtiva na economia brasileira que para alguns estudiosos resultou em uma desindustrialização da economia brasileira, ou ainda, em um processo de reprimarização da pauta exportadora do país. No entanto, procuramos destacar que, mais importante do que constatar uma suposta reversão da tendência de diversificação da pauta exportadora brasileira é perceber que a economia nacional convive, desde sempre, com uma dependência estrutural de *commodities* para o enfrentamento da restrição externa.

Como resultado desse processo de abertura econômica, houve o aumento da participação de empresas estrangeiras na indústria brasileira, o que gerou expectativas otimistas em alguns estudiosos que acreditavam que o aumento da participação dessas empresas na indústria nacional seria o caminho para modernizá-la, dotá-la de maior conteúdo tecnológico e inseri-la efetivamente no comércio global de bens com maior valor agregado. Porém, essa expectativa foi frustrada à medida que o IDE na década de 1990, se concentrou em operações de fusão e aquisição no setor de serviços, os quais não fomentam diretamente as exportações. A partir da segunda metade dos anos 2000, parte desse fluxo se voltou para atividades relacionadas a extração de minerais, metalurgia básica e produtos alimentícios e bebidas, reforçando setores ligados a *commodities* e intensivos em recursos naturais e trabalho.

O fato é que, o padrão de competitividade internacional do país não sofreu alterações significativas continuando defasado em relação ao padrão mundial que tem se intensificado em produtos de maior valor agregado. Isso nos leva a concluir que sem uma condução de interesses mínima por parte do governo, as empresas estrangeiras que aqui têm se instalado são alheias aos interesses nacionais. Virtuais exportadoras de bens intensivos em tecnologia, na verdade não contribuem para o aumento da competitividade internacional e muito menos para elevar o coeficiente exportador. Ao contrário, o IDE no Brasil tem contribuído para elevar o coeficiente importador à medida em que as empresas transnacionais preferem importar tecnologias ao invés de gerá-las internamente. Além disso, o IDE tem como contrapartida a repatriação de ganhos de capital das transnacionais, o que gera uma pressão sobre as contas de Serviços e Rendas, a qual tem sido amenizada recente e conjunturalmente pela manutenção de um influxo significativo de IDE.

A alteração do padrão de inserção nacional em direção a produtos mais intensivos em tecnologia é de grande importância para a superação do quadro histórico de dependência estrutural de *commodities*, tornando assim o país menos vulnerável a choques externos. Mas para que isso ocorra aludimo-nos aqui a um pensador de peso, como Fernando Fajzylber (1983, 1989),

referência singular da CEPAL pós-1980, que alertava sobre a imprescindível necessidade de se implementar política industrial – na América Latina e, por suposto, no Brasil – que crie mecanismos efetivos voltados para a dinamização de uma indústria *nacional* forte em inovação, em pesquisa e desenvolvimento, que possa competir e se inserir no mercado global de bens intensivos em tecnologia.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. (2009). *Desafios da real política industrial brasileira do século XXI*. Brasília: IPEA, Texto para discussão, n. 1452.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Notas técnicas do Banco Central do Brasil: notas metodológicas do Balanço de Pagamentos*. 2001. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: março de 2010.
- _____. Séries Temporais. *Balanço de Pagamentos*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: julho de 2010.
- _____. *Censo de Capitais*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: outubro de 2010.
- _____. *Notas para a imprensa*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: outubro de 2010.
- BIELSCHOWSKY, R. (1999). Investimentos na Indústria Brasileira Depois da Abertura e do Real: o mini-ciclo de modernizações (1995-97). Brasília: Cepal, *Série Reformas Econômicas*, n.44.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Brasil vive desindustrialização. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br>>. Acesso em: 30 de maio 2011.
- BRITTO, G. (2003). Abertura comercial e coeficientes de conteúdo importado na indústria. In: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. [org.] (2003). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP. cap. 2, p. 59-104.
- CAMPANÁRIO, M. A.; COSTA, T. R.; DA SILVA, M. M. (2005) Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE): análise de fundamentos e arranjos institucionais. *Anais do XI Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica*. Salvador, BA.
- CARNEIRO, R. (2002). *Desenvolvimento em crise – A economia brasileira no último quarto do Século XX*. Campinas, Editoras UNESP e UNICAMP.
- COMTRADE - COMMODITY TRADE STATISTICS DATABASE. Disponível em: <<http://comtrade.un.org>>. Acesso em: dezembro de 2010.
- COUTINHO, L. (1997). A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós estabilização, in: VELLOSO, J. P. R. [org.] (1997). *Brasil: desafios de um país em transformação*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- DELGADO, G. C. (2009). Setor Primário e o Desequilíbrio Externo. In: CONAB. (Org.). *Agricultura e Abastecimento Alimentar: Políticas Públicas e Mercado Agrícola*. 1 ed. Brasília: CONAB, v. 1, p. 29-37.

- DE NEGRI, F. Empresas estrangeiras na indústria brasileira: características e impactos sobre o comércio exterior. In: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. [org.] (2003). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, cap.5, p. 215-250.
- _____. Padrões tecnológicos e de comércio exterior das firmas brasileiras. In: DE NEGRI, J. A.; SALERMO, M. S. [org.] (2003). *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília: IPEA, cap. 3, p. 75-118.
- FAJNZYLBBER, F.(1983). *La industrialización trunca de América Latina*. México, D.F., Editorial Nueva Imagen.
- FAJNZYLBBER, F.(1989). Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al "casillero vacío". Comparación de patrones contemporáneos de industrialización. *Cuadernos de la CEPAL*, n. 60, Santiago, Chile, Nações Unidas.
- FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B. R. (2008). Empresas estrangeiras e vulnerabilidade externa da economia brasileira. *Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política*. João Pessoa, PB.
- GARCIA, C. J. (2008). Desnacionalização da indústria brasileira: uma avaliação pós-abertura. *Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política*. João Pessoa, PB.
- GONÇALVES, R. (2003). *O Brasil e o Comércio Internacional. Transformações e Perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2ª edição.
- HIRATUKA, C. (2002). *Empresas transnacionais e comércio exterior: uma análise das estratégias das filiais brasileiras no contexto da abertura econômica*. Campinas: IE/UNICAMP (Tese de Doutorado).
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: março de 2011.
- IEDI – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *Investimento direto estrangeiro no Brasil: um panorama*. 2006.
- KALECKI, M. (1980). La ayuda exterior: un análisis económico, in: KALECKI, M. (1980). *Ensayos sobre las economías en vías de desarrollo*. Barcelona: Editorial Crítica.
- LAPLANE, M. F.; SARTI, F. (1999) *Investimento direto estrangeiro e o impacto na balança comercial no anos 90*. Brasília: IPEA, Texto para discussão, n. 629.
- _____. (2003). O Investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90. In: LAPLANE, M. F.; COUTINHO, L.; HIRATUKA, C. [org.] (2003). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, cap.1, p.11-57.
- MARCONI, N. (2008). Existe doença holandesa no Brasil? *Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política*. João Pessoa, PB.
- NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A.; CUNHA, S. F. E. (2009). Reprimarização ou dependência estrutural de commodities? O debate em seu devido lugar. *Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política, 2009*. São Paulo, SP.
- SIFFERT FILHO, N.; SILVA, C. M. S. (1999). As Grandes empresas nos anos 90: Respostas Estratégicas a um cenário de mudanças. In: GIAMBIAGI, F. MOREIRA, M. [org.] (1999). *A Economia Brasileira nos Anos 90*. 1. ed. Rio de Janeiro: Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, v. 1, p. 375-410.